

Carta Social e do Trabalho

ISSN 1980-5144

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Diretor

Paulo Sérgio Fracalanza

Diretor Executivo do CESIT

Anselmo L. dos Santos

Conselho Editorial

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Carlos Salas Paez

Christoph Scherrer

Clemente Ganz Lúcio

Denis Maracci Gimenez

Eugenia Troncoso Leone

Frank Hoffer

Geraldo Di Giovanni

José Carlos de Souza Braga

José Dari Krein

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Magda Barros Biavaschi

Marcio Pochmann

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Waldir José de Quadros

Walter Barelli

Editor Executivo

Marcelo Weishaupt Proni

Projeto Visual e Editoração Eletrônica

Célia Maria Passarelli

Endereço

Instituto de Economia da Unicamp

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135

CEP 13083-970 – Campinas – SP

Telefone: 55 (19) 3521-5720

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

<http://www.cesit.net.br/>

**TEMA:
MERCADO DE TRABALHO
E EDUCAÇÃO**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Marcelo Weishaupt Proni..... 1

ARTIGOS

Fontes de Informações e Indicadores
sobre o Mercado de Trabalho

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy
Arthur Welle 2

Gastos das Famílias em Educação nos
Anos 2000: Tempos de Bonança?
Maria Alice Pestana de Aguiar Remy 17

APRESENTAÇÃO

Marcelo Weishaupt Proni
(Editor)

Esta edição da *Carta Social e do Trabalho* é dedicada a dois temas centrais nas linhas de pesquisa que integram a área de Economia Social e do Trabalho, a saber: o mercado de trabalho e a educação. Os dois textos aqui apresentados foram elaborados por pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT, e oferecem subsídios importantes para os estudantes e jovens pesquisadores que precisam dominar o uso de fontes de informação e a interpretação de indicadores referentes ao mercado de trabalho e ao padrão de consumo das famílias brasileiras.

O primeiro texto, intitulado “Fontes de informações e indicadores sobre o mercado de trabalho”, foi escrito em parceria por Maria Alice Pestana de Aguiar Remy e Arthur Welle (respectivamente, doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e doutorando em Ciências Econômicas no Instituto de Economia da Unicamp). O propósito é explicar as diferenças entre informações provenientes de registros administrativos e de pesquisas domiciliares, para em seguida apresentar os principais conceitos e os indicadores usualmente utilizados em estudos que analisam a evolução conjuntural e as tendências do mercado de trabalho no Brasil.

O segundo texto, “Gastos das famílias em educação nos anos 2000: tempos de bonança?”, de autoria de Maria Alice Pestana de Aguiar Remy, se baseia na sua tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico, defendida em 2014. O artigo mostra como os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (IBGE) permitem examinar as desigualdades sociais a partir da ótica do consumo – nesse caso, colocando o foco no gasto com educação.

FONTES DE INFORMAÇÕES E INDICADORES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

*Maria Alice Pestana de Aguiar Remy
Arthur Welle*

1. Introdução

O objetivo deste texto consiste em apresentar os principais indicadores e conceitos usualmente utilizados para acompanhar o movimento conjuntural e tendências do mercado de trabalho. É preciso ressaltar que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece as principais orientações em relação ao acompanhamento do mercado de trabalho, formula critérios que garantam certa flexibilidade de acordo com as necessidades de captação de informação de cada país, mas que paralelamente permitam comparabilidade de indicadores em nível internacional. Esses critérios podem alterar-se ao longo do tempo e refletem em grande medida a diversidade histórica e cultural, os sistemas legais e os níveis de desenvolvimento econômico dos países.

Indeed, most standards have been formulated in a manner that makes them flexible enough to be translated into national law and practice with due consideration of these differences. (ILO, 2016)

O salário mínimo pode ser enfatizado como exemplo; os países membros não necessitam estabelecer um valor específico, mas um valor adequado ao estágio de desenvolvimento econômico do país que supra as necessidades básicas de sobrevivência na região. Dedecca (1998), em artigo desenvolvido anteriormente sobre fontes de dados e estatísticas do mercado de trabalho já destacava esta ideia. Ressalta-se que seu texto serviu de ponto de partida e inspiração para a continuidade e atualização do tema.

Em relação à inserção da população na vida produtiva, certos limites foram estabelecidos, a fim de evitar maneiras aviltantes de exploração do trabalho, bastante comuns durante a revolução industrial na Inglaterra. Com o desenvolvimento social, além da integração de crianças e jovens nos sistemas educacionais, os programas previdenciários visaram o amparo aos idosos, limitando o contingente da população no mercado de trabalho e permitindo o reconhecimento do impedimento legal do trabalho infantil e o direito dos idosos em gozar aposentadoria em muitos países, inclusive naqueles considerados economicamente menos avançados. Contudo, em países nos quais as populações habitam majoritariamente zonas rurais, a incorporação de crianças e idosos em tarefas domiciliares e mesmo no auxílio, à produção da família mantêm ainda este segmento na força de trabalho como um hábito ou um aspecto cultural da sociedade.

O indicador que aponta qual a parcela da população, potencialmente, pode participar do mercado de trabalho é a População em Idade de Trabalho também conhecido como População em

Idade Ativa – PIA – que se baseia em um critério cronológico, uma vez que a sociedade não pode dispor para realização de sua produção de um bebê de alguns meses de vida ou um idoso de, por exemplo, 100 anos de idade. Contudo, a delimitação etária de seus participantes depende do nível de desenvolvimento de cada país. Além disso, a própria estrutura etária e o crescimento populacional de uma sociedade também influenciam nessa determinação da PIA, tratando-se, portanto, de um conceito flexível.

Todavia, nem toda a população em idade de trabalho está disponível para a reprodução econômica. Dentre eles podemos citar os estudantes e os aposentados. Assim a Força de Trabalho também conhecida como População Economicamente Ativa – PEA – traduz efetivamente esse segmento em um período, ou seja, a composição dos que trabalham e daqueles que estão buscando trabalho, representando o conjunto de ocupados e desocupados de uma sociedade.

As fontes de dados são provedoras dos principais indicadores que têm como principal objetivo o acompanhamento do mercado de trabalho. Elas advêm tanto de informações fornecidas pelas empresas e organizações ao Estado quanto de pesquisas nas residências da população como descrito em seguida.

2. Principais fontes de dados no Brasil

As bases de dados usualmente utilizadas para acompanhar o mercado de trabalho são de dois tipos: a) registros administrativos e b) pesquisas domiciliares.

2.1 Registros administrativos

O Governo Federal através do Ministério do Trabalho e Emprego organiza e divulga os resultados das duas principais bases: a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

A RAIS é uma espécie de censo anual do mercado formal de trabalho. A cada ano, todas as empresas, públicas ou privadas, localizadas no Brasil prestam informações sobre os vínculos de trabalho em 31 de dezembro. A partir daí o MTE sistematiza e disponibiliza o estoque de empregos no país nessa data. Informações sobre sexo, idade, grau de escolaridade, ocupação, remuneração, etc, do trabalhador são reportadas de tal forma a traçar o perfil do trabalhador no país. Tanto vínculos celetistas quanto estatutários são declarados. Em 2014 a RAIS contabilizou 49,6 milhões de vínculos formais, o que correspondia a cerca de 50% da população ocupada.

O CAGED registra mensalmente o fluxo do mercado de trabalho, isto é, as admissões e demissões de assalariados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas. As empresas devem informar ao Ministério do Trabalho, mensalmente, quais foram os trabalhadores contratados e demitidos permitindo-se o cálculo da taxa de rotatividade. O objetivo principal é a partir da constatação do movimento de (admissões/demissões) desenvolver medidas contra o desemprego.

Ao longo do tempo as firmas passaram a fornecer informações relativas ao próprio estabelecimento (localização, setor de atividade, etc). Atualmente, tanto a RAIS quanto o CAGED

possuem dados relativos aos estabelecimentos quanto aos vínculos de trabalho servindo de subsídio para estudos estruturais e conjunturais do mercado de trabalho, tanto dos vínculos como dos estabelecimentos que ofertam postos de trabalho. Entre as vantagens desses dois Registros Administrativos estão à possibilidade de desagregação em nível de município.

2.2 Pesquisas domiciliares

As pesquisas domiciliares têm origem em 1872 quando foi realizada a primeira contagem populacional, mas foi em 1890 que o Censo demográfico, sob a República se tornou decenal (IBGE, 2000). Como o próprio nome revela, o censo reúne um conjunto de perguntas que é aplicado a todas às pessoas através de um questionário básico, mas também outro grupo que é indagado a apenas parte da população, aplicado aos domicílios selecionados para este fim.

Em outras palavras, o censo tem uma dimensão populacional e outra amostral. Essa pesquisa apresenta resultados em vários níveis territoriais como para: o país, as grandes regiões, Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, as unidades da federação (27, incluindo o Distrito Federal), as mesorregiões (137), as microrregiões (558), os municípios (5.565), os distritos (10.282), os subdistritos (658) e os bairros (14.213). Contudo, a disponibilização de algumas informações em nível distrital ou inferior fica disponível apenas no próprio IBGE por motivos de segurança. Há também a possibilidade de se obter informações para as regiões metropolitanas (36) constituídas por um agrupamento de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (IBGE, 2010).

Como o censo demográfico ocorria apenas a cada dez anos, a necessidade de um acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, bem como de outras variáveis socioeconômicas, fez surgir a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD - em 1967 com o intuito de cobrir todo o território nacional e, passando a ter periodicidade anual a partir de 1971 sem ser realizada nos anos censitários. O sistema PNAD compõe-se da: Pesquisa básica, Pesquisa Suplementar e Pesquisa Especial. A Pesquisa Suplementar e a Especial ocorrem quando há necessidade de investigação específica como são os casos das pesquisas: a) suplementares como a de saúde (2008), a de vitimização, justiça e segurança alimentar (2009) e qualificação profissional e acesso ao Cadastro Único do Governo Federal (2014) e b) das pesquisas especiais sobre anticoncepção (1986), tabagismo (2008) e mobilidade sócio ocupacional (2014). Naturalmente, uma pesquisa anual dificultava a realização na mesma profundidade de um censo e seu desenho amostral não permitiria a mesma desagregação pulverizada territorialmente. Atualmente, é possível obter informações para os seguintes níveis: o país, as grandes regiões, as unidades federativas e as regiões metropolitanas (9), a saber: Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME – como atesta o próprio nome começou em 1981 com o intuito de avaliar as flutuações e tendências do mercado de trabalho mensalmente. Ela segue a metodologia da Labour Force Americana e a partir de 2002 incorporou recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Atualmente ela retrata a situação de seis regiões

metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Há um convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social – IPARDES – que permite a realização da pesquisa desde 1999 na região metropolitana de Curitiba.

Outra importante pesquisa domiciliar é a Economia Informal Urbana – ECINF – que tem como unidade de coleta os domicílios urbanos onde moram proprietários de unidades econômicas informais. O objetivo principal é obter informações sobre o peso da economia informal na geração de oportunidade de trabalho e rendimento, a partir do levantamento do número de unidades e de suas características de funcionamento, como o tipo de atividade, local de trabalho, ativo imobilizado, investimentos, horas trabalhadas, receitas e despesas do mês, entre outras. Além disso, as características sociodemográficas das pessoas ocupadas em atividades do setor informal também são investigadas. (IBGE, 2016). Essa pesquisa foi realizada em 1997 e 2003 e tem abrangência nacional.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares tem por objetivo principal mensurar a estrutura de consumo, de gastos e rendimentos bem como acompanhar o perfil das condições de vida da sociedade brasileira a partir dos seus orçamentos domésticos. (IBGE, 2010). Portanto, o mercado de trabalho aparece como um agente causador e não como o objeto primordial de pesquisa. A pesquisa ocorre ao longo de doze meses e são investigados temas como: segurança alimentar, antropometria, estrutura de preços, condições de vida e despesas. A periodicidade da POF é quinquenal e sua última versão data do período 2008-2009. Historicamente, a primeira POF data de 1987-1988 e as demais ocorreram em 1995-1996, 2002-2003 e 2008-2009. Entretanto, como a POF resulta da evolução do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) realizada em meados dos anos 1970, a primeira POF (1987-1988) é considerada a segunda versão da pesquisa de orçamentos e assim sucessivamente. Dado o custo envolvido na ocasião, a sequência do ENDEF se deu pelas POFs “de escopo bastante inferior ao do referido estudo” (DINIZ *et al.*, 2007, p. 19), na ocasião. A primeira POF, intitulada como tal, tinha limitações espaciais, restringindo-se às nove regiões metropolitanas oficiais (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) além da cidade de Goiânia e o Distrito Federal, bem como outros tipos de restrições. A partir da versão 2002-2003, elas tornaram-se mais abrangentes. O desenho amostral da pesquisa permite obter resultados espaciais para o Brasil, Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e Unidades da Federação. Além disso, é possível captar informações para o tradicional binômio Urbano/Rural e ainda possibilita examinar cortes segundo: municípios de capital, região metropolitana e o restante da UF (municípios que não são capitais, regiões metropolitanas ou áreas rurais). Para as Unidades da Federação, os resultados contemplam o total e a situação urbana. Nas nove regiões metropolitanas e nas capitais das UFs os resultados correspondem à situação urbana. (IBGE, 2010). A versão 2008-2009 representou 57.815.504 milhões de famílias e 190.519.297 milhões de brasileiros.

O seguinte Quadro apresenta as principais séries históricas que normalmente subsidiam os estudos socioeconômicos:

Quadro 1 – Principais séries históricas utilizadas para pesquisas socioeconômicas

Pesquisa	Periodicidade	Abrangência	Séries
Censo	Decenal	Nacional	1890-
PNAD	Anual	Nacional	1967-2015
PME	Mensal	6 Regiões Metropolitanas	1981-2015
ECINF	Irregular	Nacional	1997 e 2003
POF	Irregular	9 Regiões Metropolitanas	1987-1988 1995-1996
POF	Quinquenal	Nacional	2002-2003 2008-2009
PNAD contínua	Mensal	Nacional	2011-

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O IBGE vem promovendo grandes mudanças nas pesquisas domiciliares no âmbito do novo projeto de reformulação, denominado Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD, com impactos nas séries históricas e no conceito dos indicadores de mercado de trabalho adotados como mostrado adiante.

3. Alterações das bases de dados e principais consequências para os indicadores do mercado de trabalho no Brasil

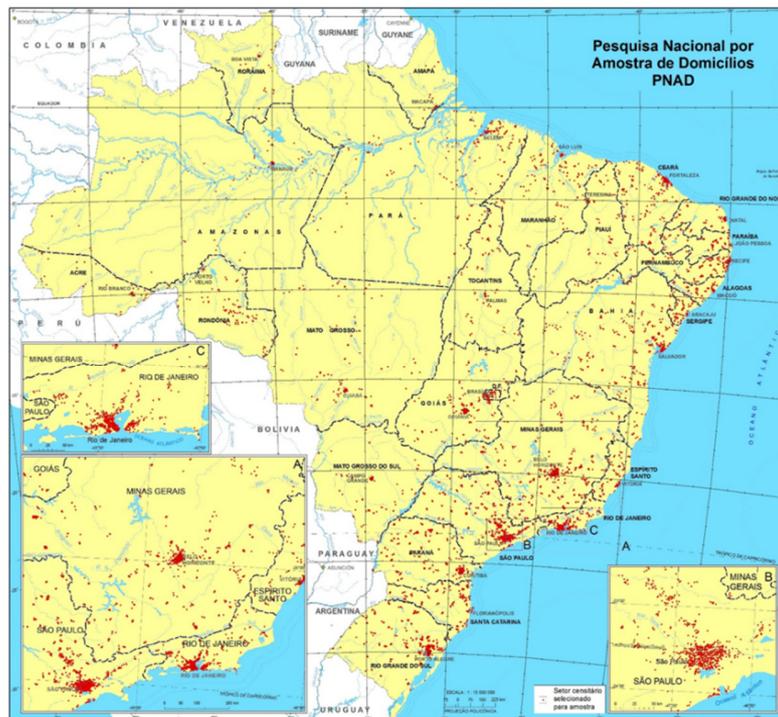
O Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD – tem por objetivo fornecer indicadores de curto prazo sobre o mercado de trabalho bem como indicadores socioeconômicos com abrangência nacional. Outra dimensão do SIPD é proporcionar informações contínuas sobre o orçamento familiar de maneira a possibilitar o acompanhamento da estrutura de preços, com frequência anual, para a população. Assim, se pode descrever sua estrutura com base em dois núcleos: a) PNAD contínua e b) POF contínua.

A PNAD contínua foi implantada no Brasil em 2012 e tem por objetivo produzir informações contínuas e informações anuais que subsidiem estudos e avaliações sobre o estágio de desenvolvimento econômico. As informações contínuas refletem a inserção da população no mercado de trabalho bem como suas características e, as anuais revelam outras formas de trabalho, trabalho infantil, migração, habitação, dados demográficos como fecundidade e nupcialidade além de outros. Essas duas dimensões temporais permitirão a descontinuidade da PME e da PNAD e na perda de suas respectivas séries históricas. Portanto, a PNAD contínua substituirá a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), potencializando os resultados produzidos por ambas, agregando, em relação à primeira, a **cobertura do território nacional**, e em relação à segunda, a disponibilização de informações sobre trabalho com **periodicidade de divulgação que permitirá a análise conjuntural do tema**. Em relação às ambas, uma cobertura territorial mais abrangente.

Mapa 1 – Municípios da amostra da PME e da PNAD

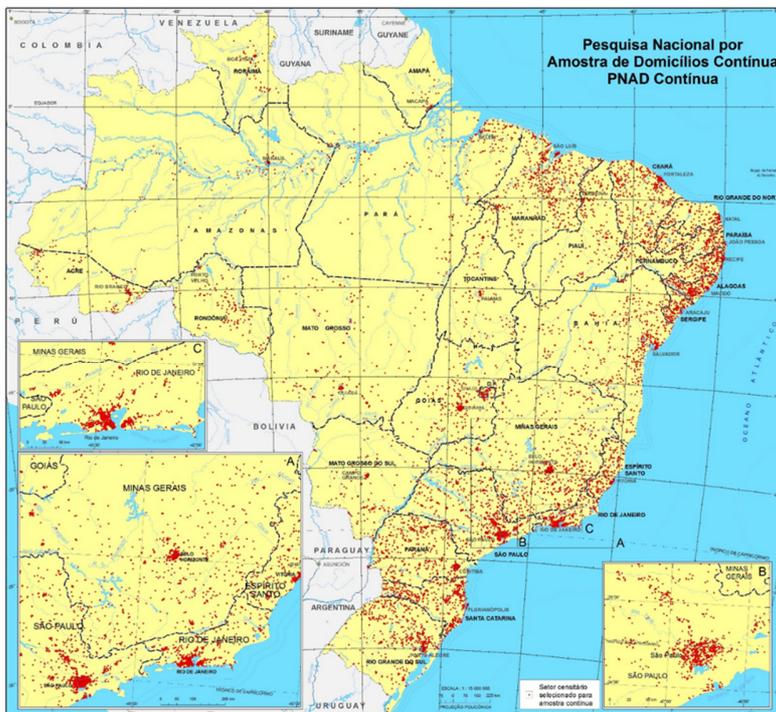


145 municípios e 2.029 setores



1.100 municípios e 9.166 setores

Mapa 2 – Municípios da amostra da PNAD contínua



3.464 municípios e 15.756 setores

Além do mais, a investigação da PNAD contínua é bem mais acurada, pois, enquanto a PNAD 2013 investigou 1.100 municípios e 9.166 setores e a PME 145 municípios e 2.029 setores, a PNAD contínua refletiu as informações contínuas e anuais de 3.464 municípios e 15.756 setores, ou seja, uma amostragem muito mais detalhada em termos espaciais.

A pesquisa possui três dimensões: a) Mensal, para um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil; b) Trimestral, para indicadores relacionados à força de trabalho; c) Anual, para os demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho; e variável, para outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados com maior periodicidade ou ocasionalmente.

Outra característica da PNAD contínua é que um mesmo domicílio é visitado pelo IBGE 5 vezes, com intervalo de 2 meses entre uma visita e outra, ou seja, uma única vez no trimestre, sendo 5 trimestres. Dessa forma, de um trimestre para o outro, 80% dos domicílios na amostra da pesquisa são os mesmos e do 1º para o 5º trimestre, 20% dos domicílios na amostra da pesquisa são os mesmos.

3.1 Principais indicadores de mercado de trabalho

As pesquisas possuem diferenças conceituais para cálculo dos indicadores. A implantação da PNAD contínua impôs uma série de mudanças de conceitos, metodologia, como observado anteriormente, e de tecnologia de pesquisa além de ampliar a abrangência geográfica. O objetivo de tais alterações foi incorporar experiências de institutos de estatísticas internacionais além de seguir recomendações de instâncias internacionais como as da Organização Internacional do Trabalho – OIT e as da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas – UNSC. Os principais indicadores, suas nomenclaturas e as diferenças adotadas em algumas pesquisas do IBGE são apresentados a seguir, bem como um quadro resumo (Quadro 2):

Pessoas em idade de trabalhar (PNAD contínua) População em Idade Ativa (PNAD e PME)

A PNAD e a PME definem pessoas de 10 anos ou mais de idade na data de referência e a PNAD contínua pessoas de 14 anos ou mais de idade como a população em idade de trabalhar. Ver Figura 1 e 2 para observar as diferenças.

Força de trabalho (PNAD contínua) e População Economicamente Ativa (PNAD e PME)

A PNAD e a PME usam a nomenclatura População Economicamente Ativa que compõem o contingente de pessoas com 10 anos ou mais que estavam trabalhando ou buscando trabalho. Para a PNAD contínua a Força de Trabalho, o equivalente à população economicamente ativa, é composta por pessoas com 14 anos ou mais que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência. Há diferença conceitual em relação à semana de referência. Ver Quadro 2.

População ocupada

Em termos gerais pessoa ocupada é aquela que trabalhou no período de referência. As diferenças entre os conceitos usados entre as pesquisas se referem ao tamanho do período, à existência de tempo mínimo de trabalho, à forma de trabalho não remunerado considerado, e considerações sobre o trabalhador afastado. Para a PNAD trabalho significa ocupação econômica remunerada e não remunerada. A primeira, remunerada, se traduz pelo recebimento em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias e, a sem remuneração exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou a instituições religiosas beneficentes ou em cooperativismo ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

A PME se diferencia da PNAD por considerar a semana da referência àquela anterior à da entrevista. Ver Quadro 2.

A PNAD contínua difere da PNAD e da PME em relação à idade considerada. Essa passa a ser de 14 anos ou mais, mas mantém o mesmo conceito da PME para a semana de referência, isto é, a semana anterior à da entrevista. Ver Quadro 2.

São consideradas ocupadas as pessoas que, na semana de referência, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho

remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim, também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a 4 meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a 4 meses (IBGE, 2016b).

População desocupada

Este conceito é bastante diverso entre as pesquisas. A PNAD e a PME consideram desocupadas as pessoas sem trabalho que procuram trabalho nos últimos 30 dias enquanto para a PNAD contínua, estar sem ocupação e ao mesmo tempo disponível para o trabalho. Assim, a pesquisa (PNAD contínua) deixa de considerar “inativo” o trabalhador que havia desistido de procurar trabalho, mas continuava interessado em voltar ao mercado, como era feito na PNAD e na PME.

Nível de ocupação

Na PME e PNAD é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade – PIA. Na PNAD contínua é o percentual de pessoas ocupadas, de 14 anos ou mais, na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Taxa de ocupação

Na PNAD e PME era o percentual de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais, na semana de referência em relação às pessoas na PEA (População Economicamente Ativa). Na PNAD contínua trata-se do percentual de pessoas ocupadas, de 14 anos ou mais, na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho (Ocupados / Força de Trabalho).

Nível de desocupação

Na PME é o percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade – PIA. Na PNAD contínua é o percentual de pessoas desocupadas, de 14 anos ou mais, em relação às pessoas em idade de trabalhar – Força de trabalho.

Taxa de desocupação

O conceito também difere na nomenclatura e idade. Na PNAD e PME era o percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação às pessoas na PEA (População

Economicamente Ativa). Na PNAD contínua trata-se do percentual de pessoas desocupadas na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho.

Taxa de participação

O conceito difere em seus elementos básicos, isto é, na PNAD e PME tratava-se do percentual da população em idade ativa que era economicamente ativo e na PNAD contínua trata-se das pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Figura 1 – Diagrama dos principais indicadores de mercado de trabalho da PNAD

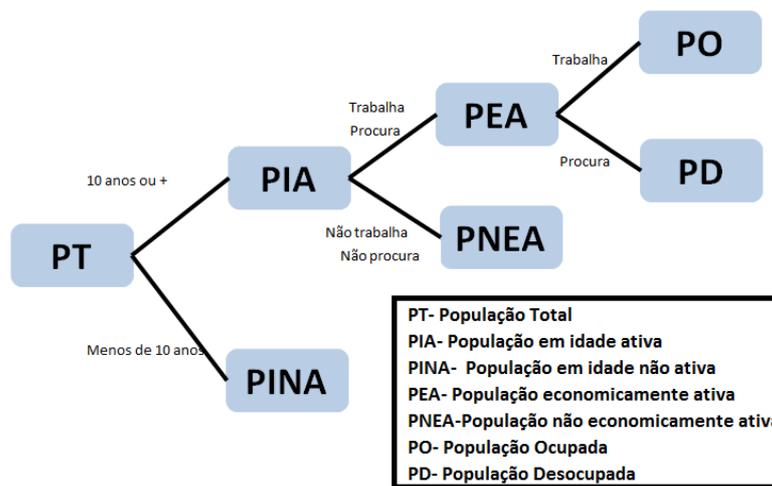
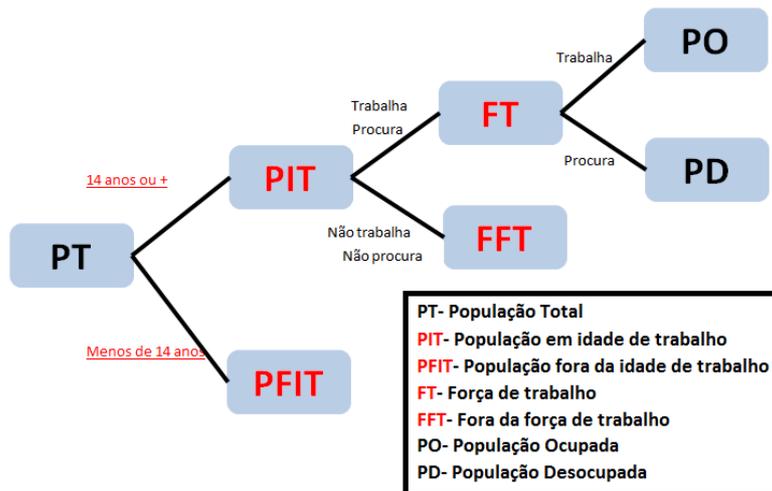


Figura 2 – Diagrama dos principais indicadores de mercado de trabalho da PNAD contínua



Em vermelho os conceitos que sofreram alteração metodológica

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Quadro 2 – Diferenças conceituais entre PME, PNAD e PNAD contínua

	PME	PNAD	PNAD Contínua
Abrangência de coleta da Informação	Área urbana de 6 Regiões Metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio Janeiro, São Paulo, Porto Alegre) - (Amostra de 145 municípios)	Nacional (Amostra de 1100 municípios)	Nacional (Amostra de 3500 municípios)
Abrangência de divulgação dos resultados	Conjunto das seis Regiões Metropolitanas e cada uma das seis Regiões Metropolitanas separadamente	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e 9 Regiões Metropolitanas (Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre)	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais e Municípios das capitais
Periodicidade	Mensal	Anual	Trimestral, Anual e Mensal, por meio de trimestres móveis, para um conjunto restrito de indicadores de trabalho para Brasil.
Semana de referência	Semana imediatamente anterior à definida como de entrevista	Última semana completa de setembro	Semana imediatamente anterior à definida como de entrevista
População Investigada para o tema trabalho	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade

Fonte: IBGE

Quadro 3 – Diferenças conceituais PME, PNAD e PNAD contínua para pessoa ocupada

PME	PNAD	PNAD contínua
<i>1. Pessoa que na semana de referência trabalhou em:</i>		
pelo menos uma hora na semana de referência	sem restrições ao número de horas	pelo menos uma hora na semana de referência
<i>2. Trabalho Sem Remuneração (desenvolvido durante pelo menos uma hora na semana):</i>		
<i>2.1 em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria ou empregador.</i>		
Considera como ocupada	Considera como ocupada	Considera como ocupada
<i>2.2 em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado</i>		
Considera como ocupada	Considera como ocupada apenas aquela na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura)	Considera como ocupada

Continua...

Continuação

PME	PNAD	PNAD contínua
<i>2.3 em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo:</i>		
Não considera como ocupada	Considera como ocupada	Não considera como ocupada
<i>2.4 como aprendiz ou estagiário:</i>		
Considera como empregado remunerado em benefícios	Considera como não remunerado	Considera como empregado remunerado em benefícios
<i>3 Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (desenvolvido durante pelo menos uma hora na semana)</i>		
<i>3.1 Trabalho na produção para o próprio consumo:</i>		
Não considera como ocupada	Na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados exclusivamente à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar	Não considera como ocupada
<i>3.2 Na construção para o próprio uso:</i>		
Não considera como ocupada	Na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.	Não considera como ocupada
<i>4 Pessoa que, na semana de referência, tinha trabalho remunerado do qual estava afastada temporariamente:</i>		
Há algumas restrições quanto ao tempo de afastamento para considerar a pessoa como ocupada	Não há restrições quanto ao tempo de afastamento para considerar a pessoa como ocupada	Há algumas restrições quanto ao tempo de afastamento para considerar a pessoa como ocupada

Fonte: IBGE.

Quadro 4 – Diferenças conceituais PME, PNAD e PNAD contínua para pessoa desocupada

PME	PNAD	PNAD contínua
a) na semana de referência, estava sem trabalho	a) na semana de referência, estava sem trabalho	a) na semana de referência, estava sem trabalho
b) estava disponível para assumir um trabalho na semana de referência e,		b) estava disponível para assumir um trabalho na semana de referência e,
c) no período de referência de 30 dias, havia tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho, sem ter tido qualquer trabalho ou após ter saído do último trabalho que teve neste período.	b) no período da semana de referência, havia tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho	c) no período de referência de 30 dias, havia tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho e,

Continua...

Continuação

PME	PNAD	PNAD contínua
		d) inclui, também, a pessoa, sem trabalho e disponível para trabalhar na semana de referência, que não havia tomado qualquer providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias por já ter conseguido trabalho para começar após a semana de referência.

Fonte: IBGE

4. Estatísticas

As estatísticas informadas a seguir consideram a semana de referência para a PNAD (setembro), para a PME o mês de setembro e para a PNAD contínua o terceiro trimestre. Vale ressaltar que as informações são incomparáveis entre si (Veja Quadros 2, 3 e 4), tendo como objetivo apenas ilustrar as diferenças.

Tabela 1 – População em idade de trabalhar (População em idade ativa)

Ano	PNAD	PME	PNAD contínua
2012	171.035.897	42.509.639	157.532.021
2013	173.132.594	42.985.192	159.685.283
2014	175.234.405	43.439.366	162.446.320

Fonte: IBGE – Microdados.

Tabela 2 – Força de trabalho (População economicamente ativa)

Ano	PNAD	PME	PNAD contínua
2012	102.463.061	24.489.201	96.937.991
2013	103.401.464	24.522.204	97.970.842
2014	106.824.410	24.286.160	98.973.879

Fonte: IBGE – Microdados.

Tabela 3 – População ocupada

Ano	PNAD	PME	PNAD contínua
2012	96.100.290	23.163.643	90.081.532
2013	96.659.379	23.193.919	91.175.166
2014	99.447.612	23.102.981	92.269.100

Fonte: IBGE – Microdados.

Tabela 4 – População desocupada

Ano	PNAD	PME	PNAD contínua
2012	6.362.771	1.325.557	6.856.459
2013	6.742.085	1.328.285	6.795.676
2014	7.376.798	1.183.178	6.704.779

Fonte: IBGE – Microdados

Tabela 5 – Nível de ocupação

Ano	PNAD	PME	PNAD contínua
2012	56,2	54,5	57,2
2013	55,8	54,0	57,1
2014	56,8	53,2	56,8

Fonte: IBGE – Microdados

Tabela 6 – Taxa de ocupação (Ocupados / População em Idade de Trabalho)

Ano	PNAD	PME	PNAD contínua
2012	56,2	54,5	57,2
2013	55,8	54,0	57,1
2014	56,8	53,2	56,8

Fonte: IBGE – Microdados.

Tabela 7 – Nível de desocupação

Ano	PNAD	PME	PNAD contínua
2012	3,7	3,1	4,4
2013	3,9	3,1	4,3
2014	4,2	2,7	4,1

Fonte: IBGE – Microdados.

Tabela 8 – Taxa de desocupação (Desocupados / População em Idade de Trabalho)

Ano	PNAD	PME	PNAD contínua
2012	6,2	5,4	7,1
2013	6,5	5,4	6,9
2014	6,9	4,9	6,8

Fonte: IBGE – Microdados.

Tabela 9 – Taxa de participação (Força de trabalho/População em idade de trabalho)

Ano	PNAD	PME	PNAD contínua
2012	59,9	57,6	61,5
2013	59,7	57,0	61,4
2014	61,0	55,9	60,9

Fonte: IBGE – Microdados.

Referências bibliográficas

DEDECCA, C.S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: Unicamp, 1998, p. 95-111.

FREITAS, M. P. S. de; ANTONACI, G. de A. *Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares: Amostra Mestra 2010 e Amostra da PNAD Contínua*. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, IBGE, 2014. (Textos para Discussão, n. 50).

IBGE. *Documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. *Documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. *Projeto de reformulação das pesquisas domiciliares (SIPD)*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/default.shtm>.

IBGE. Diferenças metodológicas das pesquisas PNAD, PME e PNAD contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. (Nota Técnica). Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf.

IBGE. *Indicadores: trabalho e rendimento. PNAD contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/analise01.shtm.

ILO. *Introduction to international labour standards*. Genebra: ILO, 2016. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/standards/introduction-to-international-labour-standards/international-labour-standards-creation/lang--en/index.htm>.

RAMOS, C. A. *Economia do trabalho: modelos teóricos e o debate no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2012.

GASTOS DAS FAMÍLIAS EM EDUCAÇÃO NOS ANOS 2000: TEMPOS DE BONANÇA?

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy

Apresentação

Na teoria econômica um dos primeiros itens de aprendizado é o estudo sobre o impacto que o aumento do rendimento de uma sociedade tem sobre a demanda de um determinado bem/serviço. À variação que ocorre entre o percentual na quantidade demandada face a um aumento percentual na renda também nomeada de elasticidade revela a estreita relação entre os hábitos de gastos quando se eleva a renda e o aumento do gasto/consumo para com determinados bens e serviços.

A sociedade brasileira vivenciou elevação dos rendimentos das famílias na primeira década dos anos 2000 e este artigo busca identificar o comportamento destas unidades de consumo frente aos seus gastos com o item educação. Não é demais lembrar que a renda não é o único fator envolvido no comportamento pró-gasto. Uma série de aspectos e o próprio perfil demográfico das famílias (estrutura etária) tem impactos sobre a decisão de gastar. A dependência administrativa da instituição (pública ou privada) de matrícula também é uma delas e de suma relevância, pois gastos com livros e material didático são de pequena monta quando comparados às despesas com mensalidades e taxas. Portanto, o peso para o bolso das famílias está diretamente relacionado ao fato do aluno pertencer à rede pública ou à particular.

De acordo com o INEP (2010), em 2009, a rede privada brasileira detinha 15,7% das matrículas na educação básica e a pública 84,3%, enquanto no nível superior a rede privada era preponderante, detendo 73,6% dos alunos enquanto a rede pública apenas 26,4%.

Para observar a dinâmica da renda vis-à-vis a das despesas é necessário recorrer-se a uma fonte de dados que possibilite mensurar ao longo do tempo o comportamento da renda e o dos gastos familiares simultaneamente. A Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – possibilita a identificação dessas informações em dois momentos da primeira década dos anos 2000 permitindo, assim, essa avaliação. A primeira versão para o período desejado foi realizada em 2002-2003 e a segunda ocorrida quase no final da década em avaliação 2008-2009. Ambas as versões ocorreram durante 12 meses. Em 2002-2003 o gasto com educação representava 3,4% das despesas totais das famílias, mas em 2008-2009 esta proporção decresceu para 2,5%. Simultaneamente, ao longo desse tempo (2002-2003 / 2008-2009) a renda média das famílias elevou-se em 9,5%, enquanto a despesa média com educação decresceu em 11,2%.

Por que renda e gastos em educação caminharam em sentidos contrários?

A primeira hipótese se baseia na suspeita de que a rede pública passou a absorver mais alunos relativamente à rede privada durante o período. Todavia, entre 2003 e 2009 tanto para a educação básica quanto para o ensino superior a proporção de matrículas aumenta relativamente na esfera privada e se reduz na dimensão pública. Como é possível verificar na Tabela 1, o peso do aumento das matrículas nas instituições particulares de ensino básico deveu-se principalmente ao nível fundamental, que passou a representar 11,9% em 2009 (9,5% em 2003). O comportamento registrado para a busca por escolas privadas no nível básico já havia sido objeto de manifestação anterior:

As famílias das classes média e alta colocam seus filhos para cursarem o ensino básico e o secundário em escolares particulares, que são de melhor qualidade, e os preparam para passar para as instituições de ensino superior de maior prestígio, públicas e gratuitas. Estudantes de famílias mais pobres, quando chegam ao curso superior, só conseguem entrar para os cursos menos prestigiados das universidades públicas ou vão para as particulares, onde os cursos também são de baixo prestígio e qualidade, e pelos quais tem de pagar (Schwartzman, 2005, p. 15).

Tabela 1 – Proporção de matrículas em cursos presenciais regulares por dependência administrativa. Brasil: 2003 e 2009

Curso	Pública		Privada	
	2003	2009	2003	2009
Pré-escola	74,4	76,8	25,6	23,2
Fundamental	90,5	88,1	9,5	11,9
Médio	87,6	88,2	12,4	11,8
Básica*	88,2	84,3	11,8	15,7
Superior**	29,2	26,4	70,8	73,6

Fonte: INEP/MEC. Elaboração própria.

*Creche não incluída para permitir comparação com a POF

**Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Escolas, Institutos e Centros de Educação Tecnológica.

De fato, a hierarquização das instituições de ensino médio, gerada a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM¹), constata que das 50 escolas melhores classificadas no país, apenas seis eram públicas federais e uma estadual; as demais 43 foram da rede privada (MEC, 2010). Já em 2011, a situação torna-se ainda mais desfavorável para a rede pública quando apenas

¹ Foi criado pelo Ministério da Educação em 1998, a princípio, para avaliar a qualidade do ensino oferecida no país. Os estudantes não são obrigados a participar, mas a nota do exame é utilizada para o ingresso em universidades federais e estaduais. A avaliação é composta de 180 questões de múltipla escolha sobre ciências da natureza, (Química e Biologia), matemáticas e suas tecnologias (Matemática e Física), linguagens e códigos (Língua Portuguesa) e uma redação. A partir de 2010, o Enem passou a ter questões de língua estrangeira (Inglês ou Espanhol) (MEC, 2012). Na atualidade, o ENEM tem mais um papel de certificação.

três escolas eram federais e as demais (47) da rede privada. Trata-se de um indicativo para que as famílias que almejem garantir qualidade a fim de que seus filhos ingressem na educação superior, busquem tais instituições. Como mostrado, ao longo do tempo, as evidências têm sido em prol de um maior número de instituições de qualidade do ensino médio na rede privada. Não se trata de estabelecer relação causa e efeito para ensino básico privado/qualidade e ensino básico público/imperfeição. Busca-se aqui possíveis explicações que podem estar relacionadas com a complexidade da questão e a percepção das famílias.

A segunda hipótese para os sentidos inversos entre a elevação da renda da sociedade e a queda dos gastos em educação seria a queda dos preços no ensino privado, contudo, a evolução dos preços relativos com o item educação aferida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC - demonstra que a variação de preços para item “educação” sobrepujou os demais preços da economia, o que não sustenta, portanto, a segunda hipótese.

Vale a pena destacar que ao se distribuir as famílias em dez segmentos de renda, isto é, das dez por cento mais pobres às dez por cento mais ricas observa-se que o peso do dispêndio com educação à medida que se eleva o rendimento da família. Em 2008-2009, para as famílias distribuídas no primeiro décimo de renda (o mais pobre) a despesa em educação representou 1,1% da despesa total e no décimo mais rico 2,8%. Esse tipo de tendência já havia sido observado anteriormente, com base na versão 2002-2003 da POF, embora a comparação tenha sido feita entre gastos em educação e despesas correntes (e não em despesas totais).

A participação dos gastos com educação nas despesas correntes é maior para as famílias com renda familiar per capita mais alta, com exceção daquelas situadas no último décimo da distribuição de renda. Para as famílias desse último décimo, a partição dos gastos com educação cai em relação às famílias situadas no décimo imediatamente anterior (Castro; Vaz, 2007, p. 85).

A investigação no conduz a outro aspecto não menos importante: o perfil demográfico. A Tabela 2 ilustra a distribuição das famílias entre dez segmentos de renda domiciliar *per capita* tanto no primeiro quanto no segundo momento (2002-2003 / 2008-2009). É possível constatar que o tamanho médio das famílias relativamente mais pobres é maior do que as demais. Entre a metade das famílias (as 50% mais pobres) estão quase 60% dos brasileiros em ambos momentos. Em outras palavras, há maior possibilidade de haver estudantes entre as famílias de menor rendimento. Além do mais, ao se considerar a variação do rendimento ao longo do período constata-se que as famílias distribuídas nos segmentos mais elevados de renda domiciliar *per capita* possuem os menores crescimentos de renda no tempo. Dessa forma, enquanto as famílias dez por cento mais pobres vivenciaram uma elevação de rendimento de 26,9% do início para o fim da primeira década dos anos 2000, os domicílios dez por cento mais ricos receberam apenas 3,6%.

À primeira vista, as hipóteses percorridas e os resultados encontrados reforçam a suspeita de que uma combinação de dois fatores pode explicar, senão totalmente, o comportamento de sentidos inversos entre renda e gastos em educação. Famílias mais ricas que costumam gastar mais são e passaram a ser ainda menores (com menos estudantes). Tal perfil explicaria a redução dos gastos médios em educação das famílias brasileiras. De fato, ao considerar a variação dos gastos considerando a distribuição das famílias em dez faixas de renda, comprovamos que famílias mais ricas adequaram seus gastos ao seu novo perfil demográfico.

Tabela 2 – Evolução do rendimento médio total das famílias brasileiras e seu tamanho médio distribuídas em décimos da renda familiar *per capita*. Brasil: 2002-2003 e 2008-2009

Décimos Renda	2002-2003				2008-2009				Variação Renda Média (%)
	Nº Pessoas	Particip (%)	Nº Famílias	Tamanho Médio	Nº Pessoas	Particip (%)	Nº Famílias	Tamanho Médio	
+Pobre	25.655.681	14,6	4.854.157	5,3	27.557.473	14,5	5.781.850	4,8	26,9
2º	22.208.651	12,7	4.861.858	4,6	24.168.188	12,7	5.781.754	4,2	26,1
3º	19.731.244	11,3	4.845.121	4,1	21.560.720	11,3	5.781.483	3,7	22,9
4º	18.044.822	10,3	4.854.078	3,7	20.531.092	10,8	5.782.384	3,6	27,8
5º	16.826.876	9,6	4.852.680	3,5	17.802.472	9,4	5.781.315	3,1	17,6
6º	15.933.442	9,1	4.853.028	3,3	17.108.437	9,0	5.781.733	3,0	17,3
7º	15.202.636	8,7	4.854.362	3,1	16.610.565	8,7	5.781.897	2,9	16,1
8º	14.879.121	8,5	4.854.875	3,1	15.656.309	8,2	5.786.316	2,7	8,0
9º	14.489.874	8,3	4.852.236	3,0	15.466.189	8,1	5.776.521	2,7	4,0
+Rico	12.359.449	7,0	4.852.242	2,5	13.674.300	7,2	5.781.351	2,4	3,6
Total	175.331.797	100	48.534.638	3,6	190.135.745	100	57.816.604	3,3	9,5

Fonte: IBGE. POF – microdados.

A Tabela 3 mostra claramente a tendência de gasto intensificada entre os domicílios mais pobres e o movimento contrário, isto é, propensão a reduzir os dispêndios das famílias mais ricas, no item em pauta. Dito de outra maneira, domicílios mais ricos gastam em média menos porque são menores em tamanho, ocorrendo redução do número de estudantes em seu seio ao longo do tempo. Contudo, para aprofundar o estudo das relações entre as diversas variáveis que impactam nesses gastos seria necessário a adoção de algumas técnicas que não estão no escopo desta apresentação.

Tabela 3 – Percentual de gastos das famílias brasileiras e variação percentual da despesa média com educação para as famílias brasileiras distribuídas em décimos de renda familiar *per capita*. Brasil: 2002-2003 e 2008-2009.

Renda familiar per capita	Proporção da Despesa Total (%)		Varição do gasto médio (%)
	2002-2003	2008-2009	08-09 / 02-03
Domicílio			
+Pobre	1,1	1,1	10,0
2º	1,2	1,5	36,8
3º	1,4	1,3	31,0
4º	1,4	1,5	20,3
5º	1,8	1,6	(4,4)
6º	2,1	1,9	(1,7)
7º	2,7	2,3	(8,5)
8º	3,2	2,6	(16,3)
9º	5,1	3,5	(27,8)
+Rico	4,3	2,8	(32,0)

Fonte: IBGE. POF – microdados.

O financiamento da educação não advém apenas das famílias e ainda é notório que no momento atual, 2016, os domicílios contam com menos renda e mais desemprego. A ocasião seria propícia para expandir os investimentos governamentais em educação, mas parece que o plano para o futuro próximo é estabelecer uma série de tetos de gastos sociais, mas preservando-se a elevada remuneração financeira.

De acordo com a publicação *Education at a Glance* da OCDE (2015), o Brasil utilizou 5,6% de sua riqueza contabilizada (ou seja, do seu PIB) em 2012 em educação, recursos estritamente provenientes da esfera pública. Trataram-se de gastos nas diversas escalas federativas (Município, Estados e União) seguindo sempre o mínimo constitucional exigido. Para se ter uma ideia relativa da posição brasileira, o financiamento de um país de industrialização atrasada como a Coreia do Sul atingiu 6,7%. No continente europeu a Grã-Bretanha aplicou 6,3% do seu PIB em educação e na América do Sul, cujos dados retratam o ano de 2011, o Chile utilizou 6,1% e a Colômbia 6,8%. Como podemos constatar, ainda destinamos muito menos, para um item tão fundamental quanto a educação, do que nossos vizinhos. A essa diferença numérica facilmente identificável, soma-se outros aspectos.

No âmbito demográfico a estrutura etária brasileira é bem mais jovem do que a da Grã-Bretanha, possuindo, portanto, uma população em idade escolar bem maior do que a deste país, tanto em termos relativos quanto em absolutos. Um país com um perfil de idade mais parecido com o Brasil, os Estados Unidos gastaram 6,4% em 2012, lembrando se tratar do maior PIB do mundo. Ainda há que se registrar outra dimensão, a do atraso e o da evasão escolar, ou seja, uma população ainda a ser escolarizada.

Referências bibliográficas

CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. Gastos das famílias com educação. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M.; MENEZES, T.; PIOLA, S. (Org.). *Gastos e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, 2007, v. 2.

OCDE. *Education at a glance 2015: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing, 2015.

SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, S. (Ed.). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

Sites Consultados

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2012.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/>. Acesso em: 26 fev. 2013.